

Ata de Reunião **1ª Reunião Ordinária**

Identificação

Reunião do Comitê de Patrimônio, Logística e Sustentabilidade (CPLS), realizada no dia 06/06/23, com início às 14h e término às 15h.

Presentes

Cynthia Pereira da Silva - representando a Diretoria de Orçamento e Finanças

Graciele Tibo Barbosa - representando a Diretoria de Administração

Hudson Luiz Guimarães – representando a Secretaria de Gestão Predial

Júnia Paula Fernandes de Oliveira – representando a Seção de Sustentabilidade e Inclusão

Juliano Andrade Maria – representando a Secretaria de Segurança

Leonardo de Assis Silveira – representando a Secretaria da Escola Judicial

Luciana Correa Cruz Hane – convidada, representando a Assessoria de Projetos e Contratações Especiais

Ludmila Azalim Rodrigues da Costa – representando a Secretaria de Gestão Estratégica

Márcia Aparecida Ferreira Campos – representando a Diretoria Geral

Otávio Cenachi de Almeida – representando a Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação

Renata Franco Nunes – representando a Divisão Governança de Aquisições;

Pauta da reunião :

- Revisão do Plano de Logística Sustentável, com atualização das metas dos indicadores;
- Plano de Ações PLS - 2024;
- Plano de Contratações Anual - 2024;
- Sorteio de associações de catadores em Divinópolis.

Inicialmente Júnia falou sobre as atribuições do CPLS, ressaltando as questões a serem tratadas na presente reunião. Em seguida passou a palavra à Luciana para que fizesse a apresentação do Plano de Contratações Anual (PCA); Luciana começou apresentando o conceito, o histórico, os aspectos legais e as mudanças trazidas pela Nova Lei de Licitações e Contratos (NLLC); esclareceu os seguintes tópicos: o que entra no orçamento e o que entra no Plano; a Resolução do TRT3 que introduziu o PCA; o Plano de Contratações de Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação e Plano de Capacitação e Plano de Obras que são contemplados pelo PCA; explicou que a NLLC trouxe nova regulamentação para o PCA, consolidando-o como instrumento de planejamento; explicou ainda que o Decreto 10947/22 estabeleceu novo prazo para publicação do Plano anual de contratações e que o Plano tem que ter alinhamento com o orçamento; que no momento está sendo feito o acompanhamento

do PCA 2023 e sendo construído o PCA 2024; informou ainda que o prazo para a primeira revisão do Plano é de 15/09 a 15/11 e que a segunda revisão deve ser feita 15 dias após a publicação da LOA, e que a próxima versão do PCA a ser publicada vai contemplar o alinhamento com a Agenda 2030; por fim, ressaltou que os membros do Comitê, se assim desejarem, podem opinar sobre o Plano, quando será feita sua primeira revisão e posterior republicação; disse ainda que essa primeira versão foi elaborada com base na POP feita no início deste ano.

Apresentação Júnia:

Júnia iniciou a apresentação informando a vigência do atual Plano de Logística Sustentável, que é de 2021 a 2026, mas que, de acordo com a Resolução CNJ 400/2021 deve ser revisto em no máximo a cada dois anos. Informou que as metas estabelecidas têm como ano base o de 2019, em razão da pandemia ocorrida nos anos de 2020 e 2021, e uma vez que o material foi enviado para apreciação e sugestões antes da reunião, apresentou as propostas de revisão de metas, a partir dos seguintes eixos temáticos, lembrando que tais metas são estipuladas anualmente até o ano de 2026, e que podem ser revistas a qualquer tempo, a partir da análise do desempenho dos indicadores:

Papel - aumentar para 50% a redução do consumo de resmas.

Copos descartáveis - tendo em vista que o TRT3 fez uma grande compra de copos de plástico recentemente, será difícil reduzir seu consumo em 90%, mas propôs ainda a redução em pelo menos 85%.

Água em embalagem plástica - como há unidades em que não há ponto hidráulico e que, por isso, não podem prescindir de galões de água, a proposta de meta é de redução em 80% do consumo de embalagens retornáveis.

Impressão - Júnia explicou que a meta atual baseou-se em dados estimados, uma vez que não havia software que media a quantidade de impressões. De posse dos dados reais de impressão, apresentados em 2022 com o software adequado, a meta foi revista e a nova proposta é de redução de no mínimo 50% de quantidade de impressões. Otávio explicou que em breve será feito o primeiro *outsourcing* de impressão no Tribunal, e que após sua implantação será possível realizar uma meta mais apurada.

Energia elétrica - proposta de redução em no mínimo 20% do consumo de energia elétrica, a partir da sugestão feita pela Secretaria de Engenharia (SENG), conforme suas medições. Breno informou que há estudo em andamento para implantação futura de energia fotovoltaica.

Água e esgoto - reduzir o consumo de água para no mínimo 10%.

Gestão de Resíduos - a meta atual é: “realizar a coleta seletiva em 80% das localidades da Justiça do Trabalho em Minas Gerais”. A proposta é alterar a redação da meta para: “formalizar convênio em 80% das localidades da Justiça do Trabalho em Minas”, considerando que 20% das localidades não possuem Associação de Catadores.

Reformas e Construções - proposta de alteração da meta. A atual é: “zerar os déficits de acessibilidade física em pelo menos 8 unidades da Justiça do Trabalho mineira por ano”. Porém, como Rosilene esclareceu, foi decidido que o Tribunal vai abrir licitação para contratar empresa a fim de elaborar os projetos de acessibilidade. Assim, a meta passa a ser: “Elaborar projetos executivos de obras ou reformas de adequações em acessibilidade física em pelo menos 80% das unidades da JT mineira até 2026”. Por conseguinte, a meta de execução dependerá dos projetos prontos para ser estabelecida.

Limpeza - Júnia esclareceu que a Seção não possui subsídios suficientes para estabelecer alguma meta. Assim, foi solicitado à SEGEST que apresentasse alguma sugestão de meta, e, como até o momento da reunião não havia sido apresentada, a proposta será feita posteriormente, diretamente aos membros, que deverão se manifestar individualmente.

Vigilância - a meta atual era de limitar o aumento dos gastos com serviço de vigilância em até 4% ao ano, sem prejuízo dos reajustes legais. Porém, foi observada a impossibilidade do cumprimento dessa meta, com a ocorrência de aumento dos gastos, e também com a tendência ao aumento ainda maior, haja vista o aumento da contratação de postos de vigilância. Assim, juntamente com a Secretaria de Segurança, foi proposta a alteração da meta, que será “contratar e instalar circuito de TV de segurança em 100% dos prédios da JT”. Márcia informou que o processo de contratação do Circuito Fechado de TV está perto de ser concluído.

Telefonia - a proposta é de manter ou diminuir a quantidade de linhas contratadas.

Veículos - alteração da meta. Como torna-se impossível a redução da quilometragem rodada anualmente, haja vista que está prevista a compra de novos carros para atender a demanda de juízes de primeiro grau, a proposta de meta é a de aumentar em 90% a porcentagem de uso do etanol em veículos flex. Tal proposta se justifica pelo fato de o etanol emitir menor quantidade de gás carbônico e, para efeitos de plano de compensação de carbono, a emissão é considerada zero.

Apoio ao serviço administrativo - como em 2021 não havia série histórica para gastos com serviços gráficos, a meta proposta, sugerida pela Secretaria de Material e Logística é a de limitar o gasto a R\$40.000,00 (quarenta mil reais) anuais, considerados os gastos em 2021 e 2022.

Aquisições e contratações - esclarecimento quanto à interpretação da meta atual, que é “realizar todas as aquisições com critérios de sustentabilidade, quando couber”. A proposta é mudança da meta para: “realizar análise de requisitos de sustentabilidade em 100% das contratações”.

Qualidade de vida - como há divergências em como contabilizar de forma equitativa o número de participações, a proposta é utilizar o índice PRQV (Percentual de Participantes em ações de Qualidade de Vida) para esse cálculo. Fórmula: $PRQV = (PQV/AQV * FTT) * 100$, sendo que PQV: Participações em ações de qualidade de vida; AQV: Ações de qualidade de vida e FTT: Força de Trabalho Total

Capacitação em sustentabilidade - aumentar para 300 o número mínimo de servidores e/ou magistrados capacitados em temas afetos à acessibilidade, por ano.

Todas as propostas foram aprovadas unanimemente pelos presentes. Em seguida, foi exposto o Plano de Ações do PLS. Como o plano já é de conhecimento de todos, Júnia abordou apenas as novas ações propostas, ficando mantidas as demais. Lembrando que para todos os eixos temáticos há a proposta de realizar ao menos uma campanha de conscientização para cada um deles, foram essas as apresentadas:

Uso Eficiente de insumos, materiais e serviços: Configurar todas as impressoras para o padrão frente e verso e substituir gradualmente copos descartáveis por soluções reutilizáveis ou biodegradáveis.

Qualidade de vida: ampliar a participação no exame periódico e oferecer atendimento nutricional, presencial ou *online*, para servidores, magistrados, residentes e estagiários.

Equidade e diversidade: Promover/participar de campanhas solidárias e Realizar a capacitação de porteiros, seguranças, recepcionistas e vigilantes sobre como tratar pessoas com deficiência.

Aquisições e contratações sustentáveis: Inserir no PCA coluna que trate do alinhamento ao PLS.

Da mesma forma, todas as propostas de ações para o Plano de Ações foram unanimemente aprovadas. Em seguida, Júnia passou a tratar do convênio com associações em Divinópolis, tratada no ePAD 12554-2022. Explicou que, ante a existência de duas associações de catadores interessadas e aptas a firmar convênio com o Tribunal na localidade, foi sugerido pela Seção de Sustentabilidade e Inclusão - e acatado pela Assessoria Jurídica - a realização de sorteio, a fim de oportunizar a ambas as associações a participação na reciclagem do material. Assim, diante todos foi utilizado o sistema *online* de sorteio chamado sorteio.com, onde foram inseridos os nomes das Associações, ASCOMARE e ASCORVID, tendo sido a ASCOMARE a sorteada. Dessa forma, como sugerido pela seção, será ela a primeira a receber as doações, e após a vigência de um ano, será a ASCORVID quem receberá as

doações. Em seguida, Júnia abriu espaço para manifestações e como não houve comentários adicionais, agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião às 15h.

Ata redigida pela Chefe de Seção de Sustentabilidade e Inclusão, Júnia Paula Fernandes de Oliveira.